

CONFISSÕES DE UM SOCIÓLOGO, APRENDIZ DE HISTORIADOR (OU VICE-VERSA): ASPECTOS DA RELAÇÃO ENTRE SOCIOLOGIA E HISTÓRIA EM UMA PESQUISA SOBRE OSWALD DE ANDRADE¹

CONFESSIONS OF A SOCIOLOGIST, HISTORIAN APPRENTICE (OR VICE VERSA): ASPECTS OF THE RELATIONSHIP BETWEEN SOCIOLOGY AND HISTORY IN A RESEARCH ON OSWALD DE ANDRADE

Giordano Barbin BERTELLI*

Resumo: Este artigo percorre problematizações de minha experiência de pesquisa a respeito das relações entre política e literatura na elaboração literária da Antropofagia de Oswald de Andrade. Partindo dos limites e possibilidades que a abordagem sociológica confere ao tema, busco discutir os ganhos metodológicos e teóricos que o diálogo com uma perspectiva de caráter histórico pode oferecer à articulação de uma visão mais dinâmica e processual da realidade social. Neste percurso, esboça-se um encaminhamento de abordagem dentro da qual os termos em análise esquivam-se de quaisquer definições substancialistas e apriorísticas, revestindo à própria prática de pesquisa da possibilidade de um campo de tensionamento e confrontação ao poder.

Palavras-chave: Sociologia; História; literatura; política; experiência.

Abstract: This paper examines problems from my research experience regarding the relationships between politics and literature, on the literary elaboration of Oswald de Andrade's Antropofagia. Starting from the limits and possibilities the sociological approach gives, we will try to discuss the methodological and theoretical gains that dialogue (with a historical character perspective) can offer to the articulation of a more dynamic and processual vision of social reality. Here we outline a routing approach in which the analyzed terms elude from any substantialist or aprioristic definitions, thus protecting the research practice from the possibility of a tensioning power-confronting field.

Keywords: Sociology; History; literature; politics; experience.

Introdução

Ao escrever sobre o que chamou de *poder pastoral*, Michel Foucault identificou no sacramento cristão da *confissão* um mecanismo central nessa que seria uma das primeiras tecnologias individualizantes de poder. Resumidamente, tratava-se de produzir e incitar a obrigação de uma prática auto-perscrutadora, em cujo discurso o *indivíduo*

*Mestre em Sociologia – Doutorando – Programa de Pós-graduação em Sociologia – Centro de Educação e Ciências Humanas – Univ. Federal de São Carlos, Campus de São Carlos. São Carlos, SP - Brasil. Bolsista CAPES. Pesquisador do NaMargem – Núcleo de pesquisas urbanas - pesquisa apoiada pela FAPESP (Cepid) e CNPq (INCT). Professor da Rede Pública Estadual de Ensino de São Paulo. E-mail: giorbertelli@yahoo.com.br.

energia na medida de sua fixação em uma lei de verdade: a da *alma* e da *carne* (FOUCAULT, 2003).

A despeito do título, gostaria que o discurso que a seguir tentarei esboçar saiba, se não nas conclusões em que chega – forçosamente parciais e incipientes – ao menos nos procedimentos que ensaia, deslocar os sentidos da confissão para um âmbito em que já não seja necessária a fixação de leis incontestáveis de verdade.

Semelhante pretensão nem de longe me exime das possíveis incoerências e impropriedades teóricas e metodológicas aqui expostas, confessadas em meio à jornada pelos caminhos por vezes tortuosos – e sempre incompletos – da prática de pesquisa. Pelo contrário, são juízos e discussões, que porventura venha a despertar, que este texto ambiciona, como ingredientes imprescindíveis à composição da mistura de experiência e exercício intelectual que, eventualmente, resulta na figura do pesquisador. Pois foi a título de hipótese que o escrevi: não como hipótese de trabalho, a ser testada ao longo da pesquisa, mas como hipótese – na falta de expressão menos pretensiosa – “epistemológica”, acerca de certas possibilidades específicas de articulação entre sociologia e história na investigação de determinadas questões, a meu ver, pertinentes a uma análise política da escrita literária.

Menos que testemunho de dificuldades e acertos, e, talvez, mais que relato de pesquisa, recupero, neste trabalho, algumas questões e categorias que vêm me auxiliando no encaixe do objetivo geral de esboçar uma perspectiva analítica que, por um lado, não se deixe capturar pela fascinação cognitiva que por vezes rodeiam categorias tais como “literatura” e “política”. E, por outro, de uma perspectiva que, inversamente, não reduza as mesmas a esquemas e termos de análise pré-definidos de modo substancial e essencialista.

Além de delinear essa problemática, o propósito é mobilizar alguns pontos específicos da reflexão de Joan Scott (1998) acerca da pesquisa historiográfica e articulá-los a interrogação crítica dos limites de certa tradição sociológica, caracterizada pela ênfase no estabelecimento das *regularidades* e dos processos de *reprodução* das estruturas sociais. Encaminho a discussão mediante a retomada de minhas problematizações de pesquisa a respeito das dimensões políticas da literatura modernista de Oswald de Andrade. Apontando os pontos de tensão entre dois momentos distintos da trajetória de pesquisa, busco situá-los em relação a certos aspectos pontuais da tradição do pensamento sociológico, numa tentativa de explicitar suas divergências. A fim de ensaiar um esboço de fundamentação do que se poderia chamar de uma *perspectiva processual* da realidade social, retomo algumas considerações do crítico argentino

Gonzalo Aguilar (2010) sobre a obra do próprio Oswald de Andrade para, por fim, tentar encaminhar a discussão das possibilidades da abordagem da escrita oswaldiana sob o ponto de vista de uma *sociologia política da estética literária*. Encerro apontando, sumariamente, as possibilidades, advindas do diálogo com as considerações historiográficas de Scott, de algumas reconsiderações conceituais para a sociologia da literatura e assinalando a necessidade da permanente experimentação teórica e metodológica, com vistas a uma prática de pesquisa que, para além da análise e explicação, guarde a potência de desestabilizar as dinâmicas de poder em que se insere e de que se ocupa.

Entretanto, mantenho as *confissões*. À título do recomendável – nem sempre possível – distanciamento que devemos observar em relação à nossa própria prática de pesquisa, elas permanecem como autoironia aos percalços e prazeres de um pesquisador aprendiz.

Confissões iniciais

Antes de mais, cumpre apresentar sumariamente a figura de Oswald de Andrade. José Oswald de Sousa Andrade nascera em São Paulo, em 1890, filho único de abastada família. Seu pai, José Oswald Nogueira de Andrade, era oriundo de uma família de fazendeiros na região de Baependi (M.G.), descendente do capitão-mor José Thomé Rodrigues do Ô. Após a falência dos negócios pecuários, transferiu-se para São Paulo instalando uma casa de corretagem imobiliária. Completando a origem ilustre, pelo ramo materno, era filho de Inês Henriqueta de Sousa Andrade, neto do desembargador Marcos Antônio Rodrigues de Sousa, proprietário de extensas terras em São Paulo, e sobrinho de Marcos Herculano Inglês de Souza, jurista, deputado federal, e consagrado escritor naturalista, membro fundador da Academia Brasileira de Letras (BOAVENTURA, 1995). Tais condições de origem asseguraram a Oswald a trilha padrão do trâmite social típico da formação dos membros das elites de então. Obteve as primeiras letras mediante a contratação de ensino particular. Em seguida, cursou as mais prestigiadas instituições de ensino de São Paulo, como a Escola Modelo Caetano de Campos, o Ginásio N. Sra. Do Carmo e o Colégio de São Bento, onde bacharelou-se em Ciências e Letras. A sua trajetória escolar complementou-se com os estudos de nível superior, realizado na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, uma das instituições centrais no processo de integração e reprodução dos grupos de elite da Primeira República (Idem).

A conjunção entre a origem familiar ilustre e a fortuna também facilitaram, desde suas primeiras investidas, a inserção do autor no círculo restrito e exclusivista da “república das letras”. Em 1909, já era redator e crítico teatral do *Diário Popular* e, dois anos depois, com recursos próprios, fundava e ocupava a direção da revista literária *O Pirralho*. Além do *Manifesto da Poesia Pau Brasil* (1924) e do *Manifesto Antropófago* (1928), dos livros de poemas *Pau Brasil* (1925) e o *Primeiro caderno de poesia do aluno Oswald de Andrade* (1927), e dos romances *Memórias Sentimentais de João Miramar* (1924) e *Serafim Ponte Grande* (1933), obras diretamente associadas ao *Modernismo*, movimento artístico e literário cuja liderança dividiu com Mário de Andrade, Oswald publicara obras de escrita mais “convencional”, como os três volumes da *Trilogia do Exílio* (*Os condenados*, 1922, *A estrela de absinto*, 1927 e *A escada vermelha*, 1934), e os romances de “crítica social” de *Marco zero: A revolução melancólica* (1943) e *Chão* (1945). Acrescente-se ainda sua produção teatral, em que se destaca a retomada antropofágica² em *O rei da vela* (1937). No fim da vida produziria ainda duas teses, visando uma frustrada tentativa de carreira acadêmica, e o primeiro volume de suas memórias, *Um homem sem profissão: sob as ordens de mamãe* (1954). A par da atividade literária, manteve ainda uma intensa e praticamente ininterrupta atividade jornalística, em que exerceu crítica literária, de arte e de teatro, além da crônica mundana e política (Idem).

Entretanto, “estavam começando a se afrouxar os laços orgânicos entre os espaços de sociabilidade do universo homogêneo no interior do qual se moviam” (MICELI, 1979, p. 8) os pretendentes a um posto intelectual. Estes tinham que se haver com um processo de complexização nos padrões de reprodução da elite letrada e política, em que não havia mais um trânsito linear e inequívoco entre, por exemplo, a obtenção de um diploma de bacharel, a frequência aos salões das altas rodas e a ocupação certa e irrevogável de uma posição estável no campo cultural ou político.

A par desta alteração nos processos de reprodução das elites letradas durante a Primeira República, o crescimento populacional e a expansão urbana de São Paulo configuravam novos universos sociais que, ao menos no caso de Oswald, acabaram por atuar como espaços de sociabilidade paralelos aos padrões de socialização hegemônicos em seu meio de origem. Nesse sentido, é curioso que o livro *Um homem sem profissão*, em que Oswald narra as memórias de sua infância e juventude (ANDRADE, 1990.), traga como subtítulo o indicativo *sob as ordens de mamãe*, e constitua, entretanto, a descrição de uma vivência que transcorria grandemente ao largo do âmbito de vigência objetivada autoridade familiar. A experiência social de um moço de origem ilustre e abastada – que

até então tendia a se realizar no espaço social que descrevia um contínuo entre os ambientes domésticos das famílias de mesma extração, a frequência aos lazeres refinados, o casamento predominantemente endógamo, o acolhimento e exercício da gestão da herança familiar – passava a ser trespassado pelas possibilidades de constituição de vínculos sociais que excediam as fronteiras de tais espaços, pela experiencição de espaços de convívio e de universos culturais que, por assim dizer, situavam-se para além ou aquém das ordens de mamãe e ensejavam a reelaboração de toda uma semântica do social, de toda uma sintaxe das interações.

A *subjetivação itinerante* que essa existência limítrofe – bordejando os limites tanto dos códigos expressivos e performáticos hegemônicos quanto dos grupos subalternos que se configuravam no processo de heterogeneização sociocultural de São Paulo – marcaria fortemente a lógica de composição da poética oswaldiana. Esse aspecto, entretanto, excede os propósitos deste trabalho³.

Cabe, com efeito, retomar a trilha dessas confissões e dizer que o presente artigo busca situar-se nos desdobramentos de pesquisa que se instalam entre a dissertação de mestrado *República Pau-Brasil: política e literatura no modernismo de Oswald de Andrade* e a tese de doutorado em andamento provisoriamente intitulada *O riso do antropófago: cumplicidade e dissidência na Antropofagia de Oswald de Andrade*. Naquele primeiro trabalho, o objeto de análise consistia no imbricamento entre *campo literário* e *campo político* (BOURDIEU, 1996; 2005), no contexto histórico da Primeira República e na inserção de suas lógicas e agentes – com enfoque predominante no grupo modernista de São Paulo e na figura de Oswald de Andrade – no processo de diversificação sociocultural ligado à expansão cafeeira.

As relações entre política e literatura eram então enfocadas, primeiramente, no nível institucional dos partidos e, principalmente, dos órgãos de imprensa que atuaram na estruturação do campo literário em São Paulo, em grande parte vinculados às iniciativas editoriais da elite política paulista, nos quais foram acolhidos os escritores do grupo modernista (MICELI, 1979). Em segundo lugar, tais relações prestavam-se também ao enfoque do trânsito sociossimbólico entre políticos e literatos. Tal trânsito se desdobrava, por um lado, em incentivo artístico e consumo estético que a elite política dispensou aos autores e obras modernistas, incluindo aí a contrapartida de prestígio político e cultural de que os primeiros se revestiam na condição de benfeitores das artes; por outro lado, em pontos ambíguos que comportaram tanto afinidades quanto conflitos simbólicos entre estes grupos.

Entretanto, a teoria sociológica dos campos sociais tendia a restringir o enfoque da problemática perseguida pela pesquisa. De acordo com a relação de constituição recíproca que se arma entre a estrutura objetiva dos campos e agência de seus ocupantes⁴, tal perspectiva capta os elementos de subjetividade, que porventura atuem na elaboração literária, *apenas* em função de sua correlação com as estruturas objetivas do espaço social. Nessa medida, tal modelo analítico rejeita as crenças que, a um só tempo, sustentam-se e dão sustentação no e ao jogo de disputas, no interior do campo literário – tal como a ideia de um gênio criador, isento de determinações alheias à singularidade de sua vontade. Por outro lado, não se pode deixar de indagar se, em conjunto com o descarte, metodologicamente necessário, de tais crenças egressas da estética romântica, não se estaria obliterando a análise de fatores subjetivos que, embora não *diretamente* dedutíveis da objetividade do mundo social, exerçam determinado papel na elaboração estética.

As formulações de Bourdieu parecem captar, predominantemente, os fatores subjetivos que acabam por se estratificar na objetividade das estruturas sociais. As disposições subjetivas que não encontram, estritamente, uma atualização na margem de possibilidades dadas pelo espaço social dos campos, mantêm-se, assim, fora da ênfase predominante da análise, “relegadas” às dimensões da subjetividade cuja eficácia social, nessa perspectiva, permanece ininteligível.

Isso implica, para uma análise sociológica da literatura, a dificuldade de identificação e explicitação dos elementos estéticos que possam ser portadores de traços potencialmente transgressivos ou desestabilizadores da ordem social, em cujo interior foram gestados. Em outras palavras, na circularidade que esta concepção atribui à constituição recíproca entre as estruturas de poder e as configurações da subjetividade, captam-se unicamente os fatores subjetivos cuja elaboração estética coincide com as solicitações simbólicas inscritas na reprodução das hierarquias sociais.

Isto é, a ênfase atribuída por Bourdieu nas relações de homologia estrutural entre os diversos campos, e entre as estruturas das relações de posição e a constituição das disposições dos agentes internos a cada um deles, tende a excluir da análise um amplo espectro de processos históricos. Tais processos, se não compunham imediatamente a dinâmica de cada campo, ofereciam um horizonte de problematização que permitia a análise de vínculos insuspeitos entre literatura e política. Entre outros aspectos, por exemplo, a lógica dos campos minimiza os impactos que os regimes expressivos e performáticos provenientes de grupos sociais marginalizados, oriundos dos processos da Abolição e da imigração, exerceram na tessitura da experiência coletiva e, conseqüentemente, na constituição da subjetividade literária inscrita no texto oswaldiano.

Em alguma medida marcando um ponto de tensão em relação a este enquadramento teórico, a relação entre política e literatura se encontrava problematizada, ainda, no ponto em que as elaborações literárias compunham suas linhas simbólicas com as linhas conflitivas da dinâmica social. Isto é, no ponto em que cabia perguntar: para além dos limites do campo literário, com quais aspectos da dinâmica social a literatura compõe? Quais de suas forças são canalizadas para o interior estético da obra? Quais dentre elas são neutralizadas, atenuadas ou domesticadas, ou, ao contrário, realçadas e potencializadas esteticamente?

Desdobrando essas questões, as relações entre política e literatura continuam a ocupar o centro da pesquisa atual. Entretanto, o presente trabalho desloca sua perspectiva para zonas da realidade social que a etapa anterior da pesquisa deixava ainda intocadas. Pois o enfoque dos *campos* sociais situava a análise dos imbricamentos entre política e literatura no nível do que se poderia chamar “grandes unidades do social”. Isto é, o ponto de partida tomava como sociologicamente *evidentes* categorias como “indivíduo”, “grupo”, “instituições” ou, de modo mais próximo ao objeto em análise, “autor”, “elite intelectual”, “elite dirigente “e outros tantos correlatos que povoam o terreno cognitivo do pesquisador que se aventura no universo da “Literatura” – esta mesma uma das categorias que deve ser posta em suspeição⁵. Longe de pretender negar “realidade” ou legitimidade científica a tais noções, minha ressalva prende-se mais à perspectiva à qual devem sua existência e à natureza dos processos sociais que permitem capturar. Nesse sentido, a crítica que Joan Scott dirige aos pressupostos da análise história, parece igualmente pertinente àqueles que orientam grande parte das análises sociológicas:

A história tem se constituído em grande parte num discurso ortodoxo. Quero com isso dizer que suas explicações parecem ser impensáveis se elas não tomarem como óbvias algumas premissas, categorias ou pressuposições fundamentais. Estes fundamentos (apesar de variados, sejam quais forem determinado momento) são inquestionados e inquestionáveis; são considerados permanentes transcendentos. Como tais eles criam uma base comum para historiadores e seus objetos de estudo no passado e, assim, autorizam e legitimam sua análise; na verdade, a análise parece não ser capaz de avançar sem eles. Na mente de alguns historiadores ligados a este discurso, de fato, o niilismo, a anarquia e a confusão moral são as alternativas óbvias para esses dados, que têm o status (se não a definição filosófica) de verdades eternas (SCOTT, 1998, p. 205).

Com efeito, tais unidades de análise conferem um primado teórico ao que, a meu ver, está longe de se apresentar como primário e evidente e, por isso, merece ser pensado como derivado, transitivo e, sobretudo, sob uma concepção do social como *litígio*⁶. Em

outros termos, se, no início, a investigação conduzia ao conflito entre grupos, suas elaborações estéticas e entre estas e as lógicas e repertórios culturais que se apresentavam em um determinado contexto, o esforço de historicização dos termos de análise leva a indagar dos processos, vacilantemente litigiosos, que os compuseram e definiram enquanto tais. Trata-se de tomar distância de uma abordagem *estacionária* do social, que reconduz o diverso e o disperso ao uno e ao idêntico, que toma como prontos os objetos a serem analisados, e encetar uma outra, *processual*. Isto é, uma abordagem que capte a vida social no ato de sua dinâmica ininterrupta de constituição histórica, na indecisão, paradoxalmente momentânea e permanente, de definição das subjetivações que individualizam sujeitos, das alianças e repulsas que circunscrevem e dispersam os grupos, das produções de sentido – melhor seria dizer, de *senso* e *dissenso* – que ensejam suas formas de expressão.

Revisitando as “origens”

Recorrendo ao “mito de fundação” da Sociologia, diria que, no fundo, a visão da qual busco tomar distância remonta à tradição durkheimiana do pensamento sociológico. Ao passo que a direção aqui esboçada, seguindo as tramas da mesma narrativa, é mais simpática àquele sobre quem recaiu a “contestação de paternidade” da disciplina:

A história canônica da disciplina narra que uma das clivagens decisivas para a advento da sociologia se processou em torno de um confronto desigual entre um ancião e um cadete: Gabriel Tarde (1843-1904), expoente maior da sociologia francesa do final do século XIX, professor do *College de France* e membro da *Académie*, autor de inúmeros livros e artigos publicados na França e em vários outros países, e Emile Durkheim (1858-1917), professor emergente de universidade de província (Bordeaux), que vira seus primeiros trabalhos serem objeto de fria acolhida. Já no início do século XX, no entanto, o quadro havia mudado completamente: o cadete bateu o ancião e venceu essa “batalha inaugural”, Durkheim entrou para a história como pai fundador da sociologia científica e Tarde foi neutralizado como mero precursor da disciplina (VARGAS, 2007, pp. 8-9).

Se tais querelas de paternidade são desnecessárias aqui, cumpre, entretanto, observar que, do ponto de vista teórico, aquilo a que então se assistia era o confronto entre uma concepção do social que partia de uma radical distinção entre *indivíduo* e *sociedade*, supondo o primado explicativo desta sobre aquele (DURKHEIM, 2007) e outra que não só suspendia tal oposição, como relativizava a própria relevância teórica de seus termos. Para além deste aspecto, o ponto que aqui mais interessa são as maneiras radicalmente

distintas, aí implicadas, de conceber o social. A ênfase durkheimiana na identificação e análise dos *factos sociais* é correlata a uma tendência a capturar cada traço do social apenas na medida de sua convergência para a constituição de “unidades fechadas”. Ao passo que Tarde, por seu turno, precaviam-se do estatuto meramente epistemológico da existência de tais “facticidades”: “esses elementos últimos aos quais chega toda ciência, o indivíduo social, a célula viva, o átomo químico, só são últimos da *perspectiva* de sua ciência particular” (TARDE, 2007, p. 57, grifo meu). Assim, de um lado, tem-se uma perspectiva conforme aos processos conjuntivos de equilíbrio, na qual se persegue um *social* que se assemelharia ao *orgânico* (DURKHEIM, 2007), ao passo que, de outro, uma concepção afeita aos processos de abertura e instabilidade, em que as dinâmicas sociais passam a se apresentar sob o signo dos possíveis inscritos nos processos históricos. Em outras palavras, a proposição de Tarde de que “o real é um dispêndio de possível” (TARDE, 2007, p. 212), de que “sempre que uma realidade morre, ela sepulta consigo seu cortejo de possíveis; mas, também, sempre que uma realidade nasce, ela faz avançar em um grau seu cortejo de possíveis” (Idem, p. 214), leva a indagar, para além da suposta solidez dos *factos sociais*, a respeito da fluidez dos elementos que os cercam e atravessam. Esses últimos, aliás, presentes nos mesmos processos em que se observa a emergência daqueles primeiros – fato constatado pelo próprio Durkheim, ao agrupá-los, não por acaso, sob a noção de *anomia* (DURKHEIM, 1999). É nesse sentido que se deve ler a metáfora em que Tarde resume seu método: “por mais bela que seja a estátua, ela não é senão um fragmento do bloco de mármore; e trata-se de explicar as lascas do mármore assim como a estátua” (TARDE, 2007, p. 147).

Mais que à *regulação*, cujo primado obriga a relegar ao *negativo* – *anomia*, *desvio*, etc. – os elementos entrópicos que não redundam das normatividades inscritas em uma dada ordem social, parece necessário dirigir o foco ao *conflito*, cujo desenrolar assinala o transbordamento histórico dos limites da mesma. Com efeito, caberia pensar o social como um agenciamento de forças que o excede, como arranjo momentâneo e litigioso, que exerce certa contenção, sempre transitória, de possibilidades outras de configuração da vida coletiva. Trata-se de explicitar, nas tramas cerradas da ordem, os “pontos soltos” que pululam dentro e fora dela, que conflitam com sua pretensa solidez. Essas possibilidades outras de configuração do social, podem ser aproximadas, para fins de ilustração, ao que Foucault chamaria de *saberes sujeitos*:

[...] por saber sujeito [...] quero designar, em suma, conteúdos históricos que foram sepultados, mascarados em coerências funcionais ou em sistematizações formais. [...] apenas os conteúdos históricos

podem permitir descobrir a clivagem dos enfrentamentos e das lutas que as ordenações funcionais ou as organizações sistemáticas tiveram como objetivo, justamente, mascarar. Portanto, os saberes sujeitados são blocos de saberes históricos que estavam presentes e disfarçados no interior dos conjuntos funcionais e sistemáticos [...] (2005, p. 11).

A opção pelo primado analítico do *conflito* sobre a *ordem* assenta-se, assim, sobre a cumplicidade e possíveis discórdias entre as dimensões epistemológicas e políticas das formações socioculturais. Uma ciência devotada ao estabelecimento das unidades que regulam e estabilizam o social efetua uma formalização epistemológica *conforme* aos dispositivos de poder que procedem mediante a homogeneização e unificação de identidades, práticas e discursos. Ao passo que a abordagem científica voltada aos focos conflitivos que perpassam e explicitam a sedimentação precária das unidades que organizam o social – fixação de identidades, de códigos expressivos, performáticos, etc. – isto é, que enfatiza o caráter historicamente contingente das mesmas, evoca e, ainda que indiretamente, potencializa as vozes e práticas dissonantes da contestação. Pensamento *nômade*, que segue a rebeldia dispersiva das multidões que escapam aos procedimentos englobantes do poder, oposto ao pensamento *régio*, que zela pela boa ordem do Estado e da Nação⁷.

A respeito de “uma ciência do vestígio errático”

Curiosamente, foi em estudo recente sobre a obra de Oswald de Andrade que se ensaiou algo semelhante ao que tento esboçar. Em *A crise da filosofia messiânica*, tese defendida no concurso de livre-docência na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Oswald adverte a respeito das dificuldades de rastrear e sustentar a existência do *matriarcado* nas sociedades ocidentais, ou seja, nas sociedades cujo desenvolvimento, segundo o autor, coincide, justamente, com a interdição e apagamento sistemático do elemento perseguido por sua análise. Sendo assim, o autor pondera que seria necessária a elaboração de um método de pesquisa voltado a perseguir o desenvolvimento não dos “grandes fatos”, das instituições que conformaram o mundo ocidental – o monoteísmo, a monogamia, a propriedade privada e o Estado, segundo ele constitutivos do *patriarcado* – mas às marcas difusas e fugidias dos elementos cuja tentativa de aniquilação constitui as bases sobre as quais se erigiu o Ocidente. Nas palavras de Oswald: “Será preciso criar uma Errática, uma ciência do vestígio errático, para se reconstituir essa vaga Idade de Ouro, onde fulge o tema central do Matriarcado” (ANDRADE, 1978, p. 88).

O crítico argentino Gonzalo Aguilar toma como título de seu estudo e como mote de reflexão a constatação oswaldiana acerca das secretas cumplicidades entre as formas epistemológicas e as estratégias de dominação ocidentais. Em *Por uma ciência do vestígio errático*, mais que utopia, Aguilar vê na hipótese do matriarcado “uma posição heurística e especulativa para ler a viagem feita pelo homem”⁸ (AGUILAR, 2010, p. 15). A visada antropofágica se apresentaria como uma abordagem, a um tempo cognitiva e política, do real tomado para além dos limites de sua efetividade, na perspectiva das virtualidades históricas que a todo momento o transbordam e multiplicam suas possibilidades:

Esta posição sustenta um método – a Errática – que põe em cena a necessidade de articular um pensamento que possa resgatar, a partir dos indícios e dos restos, o que tem sido reprimido ou vencido. Se o matriarcado desapareceu da face da terra, como pensá-lo? A partir de seus rastros, nos diz Oswald, nos vestígios fulgurantes que aparecem em uma cerimônia eclesiástica ou na experiência de um poema ou, sobretudo, nas sociedades tupis. Tudo procede por hipóteses, uma hipótese (a de um poder diferente) que nos faz ler o real de outra maneira. Frente aos sistemas evolutivos, completos e hegemônicos, Oswald sustenta a Errática, que resgata o vestígio anacrônico ou o que se perdeu, com o fim de deslocar e estilhaçar o sentido único e autoritário do poder patriarcal que domina a sociedade contemporânea e, particularmente, a cultura latino-americana” (Idem).

De algum modo devorando o antropófago e, em alguma medida, deixando-me por ele devorar, busco dispensar ao social um tratamento semelhante ao que a Errática dispensa à narrativa histórica: “A Errática [...] é o saque intempestivo da história, a luta agônica por trabalhar com a história episódica e dispersa [...] que não chegou a ser articulada por nenhum Estado. [...] Um modo de ler, um estilo em ação, uma relação com o poder” (Idem, p. 27).

É necessário, entretanto, certa cautela neste ponto. Não se trata simplesmente de reconstruir a história de sujeitos marginalizados, imputando-lhes uma espécie de essência subversiva ou revolucionária. Como adverte Scott, a respeito da história das minorias sexuais:

O projeto de tornar a experiência visível impede a análise dos funcionamentos desse sistema [de sexualidade] e a sua historicidade; ao invés disso, reproduz seus termos. Chegamos a compreender as consequências do ocultamento dos homossexuais e entendemos a repressão como um ato deliberado de poder ou dominação; instituições e comportamentos alternativos também tornam-se disponíveis para nós. O que não temos é uma forma de colocar essas alternativas dentro dos padrões dominantes de sexualidade (historicamente contingente) e a

ideologia que os apoia. Sabemos que existem, mas não como foram construídos; sabemos que a experiência deles oferece uma crítica de práticas normativas, mas não a dimensão da crítica. Tornar visível a experiência de um grupo diferente expõe a existência de mecanismos repressivos, mas não sua lógica ou seus funcionamentos internos; sabemos que a diferença existe, mas não a entendemos como constituída em relação mútua (1998, p. 304).

Isto é, a história dos *dominados* resta incompleta e criticamente impotente sem a análise da lógica de poder que produz a *dominação* – que constitui sujeitos construídos como “anômalos”, “desviantes”, “incivilizados”, contrapostos a seus respectivos polos positivos. De modo geral, tomar como unidade de análise um dos termos que compõe uma binaridade, tende a redundar as dessimetrias que operam através dela, e, longe de explicar, reproduz a dominação. Ao contrário, a autora aponta para a necessidade de uma tarefa crítica, composta, basicamente, por duas operações: mapear as relações que, constituindo sujeitos, articulam categorias opostas e as fazem funcionar numa relação de poder e, ligado a isso, construir uma inteligibilidade que desconstrua sua lógica e que seja capaz de esquivar-se das formas de saber inscritas nas formas de dominação.

Como deveria estar claro até aqui, neste trabalho ocupo-me da segunda frente que compõe a tarefa proposta por Scott. Isto é, nos termos aqui propostos, depois de devidamente explicitada a lógica que operava em certas normatividades pertinentes ao “objeto” em análise – como os discursos e procedimentos inscritos no processo de formação do Estado-Nação durante a Primeira República, bem como a parte que coube à elaboração literária neste processo – trata-se de articular uma inteligibilidade que minimize os atos que descrevem as grandes narrativas do Estado e, simultaneamente, de aguçar a escuta para a fala miúda e persistente das turbas que nele se agitam, de desembaraçar o olhar da marcha supostamente inequívoca da Nação e aproximá-lo por um instante das errâncias das orlas adventícias que extravasam suas franjas. Enfim, de atentar, nos processos sociais, não aos fatores que tendem ao *conjuntivo*, mas sim àqueles que inscrevem a *disjunção*, virtualmente portadores de possibilidades outras de configuração da vida social. Como sugere, uma vez mais, Gonzalo Aguilar: “apartar-se do caminho, das marcas convencionais”, posto que “ler é errar, em todos os seus sentidos” (2010, p.28). Sendo assim, é uma outra leitura do social que aqui se ensaia. Se a sociedade se presta a ser lida na ótica redundante do *associativo*, talvez seja oportuna uma leitura que aposte nas linhas tortuosas e entrópicas da *dissociação*. Algum estrabismo não seria salutar, na prevenção aos riscos de uma visão demasiada afeita à normalidade da ordem das coisas?

Por uma sociologia política da estética literária

A partir dos apontamentos acima, cumpre elucidar a perspectiva em que tenho abordado a escrita oswaldiana. Trata-se de indagar, no contexto de elaboração da Antropofagia, marcado pela conflituosidade inscrita no bojo das transformações político-culturais que atravessaram a dinâmica social da Primeira República brasileira (1889-1930), que relações, e de que natureza, podem-se estabelecer entre estética e poder, entre literatura e política? De acordo com as considerações que precedem, encaminhar tal investigação parece requerer que se evitem formulações que partam da suposição de uma absoluta exterioridade entre os seus termos. Isto é, que postulem relações *extrínsecas*, substancializando seus elementos, entre as dinâmicas do estético e as do político, o que possibilita interpretações que acabam por fixar esquemas de hierarquias causais: a configuração de forças políticas seria a causa determinante de um estilo artístico-literário ou de uma temática presente em um ou mais autores. Ou, ao contrário, os mundos sociais esteticamente construídos exerceriam uma determinação sobre o universo político, mediante a sua atuação nas concepções que os agentes deste universo elaboram de si e da sociedade. Tais vínculos causais *extrínsecos* podem, sem dúvida, receber diversas sustentações analíticas. Contudo, podemos objetá-las com uma ressalva, primeiramente, metodológica: assim procedendo, deduzindo os traços de um a partir da dinâmica do outro, tais análises não comprometem o acesso às especificidades, historicamente contextuais, tanto do fenômeno estético quanto do político? E, em segundo lugar, cabe-lhes, também, uma refutação teórica. Pois a suposição de um primado de causalidade da política sobre a literatura, ou desta sobre aquela, implica atribuir uma substancialidade *a priori* à existência destes fenômenos sócio-históricos, sem a qual um não poderia “causar” o outro. Semelhante suposição resultaria numa concepção estática e monolítica tanto do político quanto do literário. Concepção impossibilitada, por um lado, de conceber os procedimentos de poder que articulam os jogos estéticos e os procedimentos estéticos que se inscrevem nos jogos de poder, e, por outro, de captar o processo de construção do mundo social que, por meio de consensos e dissidências, emerge da interseção destes elementos.

Assim, a sondagem da politicidade da Antropofagia e, por assim dizer, da literalidade da política, se processa mediante a abordagem da escrita oswaldiana como um agenciamento estético das forças sociais em conflito. É imprescindível, para tal problematização, a historicização do diagrama de forças que caracterizou o “desvario da

Paulicéia⁹”, nas primeiras décadas do século XX. Imigração, integração precária dos ex-escravos, enriquecimento repentino de uns poucos e empobrecimento de muitos, compunham um quadro em que antigos pertencimentos e prevalências sociais eram cotidianamente postos em suspensão. Os grupos privilegiados pela expansão cafeeira, espremidos entre a ascensão social de estrangeiros e a “desordem” encarnada pelas novas hordas urbanas, empreendiam movimentos reativos de contenção social dos elementos nocivos à “pátria paulista” e de elaboração discursiva da Nação sob um viés *paulicêntrico* (BERTELLI; PELLEGRINI, 2009), em que São Paulo e o “paulista genuíno” encarnavam a normatividade que deveria emoldurar o Brasil. Entretanto, a presença proliferante de códigos de interação e de expressividade, oriunda da diversificação da composição social, étnica e cultural da capital, marcava insistentemente a atuação de forças que transbordavam desse pretense “metro” majoritário da vida coletiva.

Nesse contexto, a escrita oswaldiana é abordada como um enfeixamento de forças entre forças, como processo poético que se entretetece no processo social, tão inacabado e conflitivo quanto este. Se as transformações em curso desfaziam os nexos supostamente inequívocos entre os sujeitos, as posições e os discursos, a própria escrita, no ato mesmo de sua elaboração, efetuava-se mediante o esforço de abertura de um espaço – social, subjetivo e discursivo – em que se alocar, mediante a modulação de uma voz que tangenciava os limites do ruído e do palavrório coletivo das muitas vozes que configuravam as dissonâncias da Paulicéia. Equação político-literária: submetem-se os traços expressivos minoritários à ordenação da ordem normativa majoritária ou, ao contrário, os códigos majoritários às modalidades de expressão e de vínculos minoritários? Ou, ainda, oscila-se entre estes dois equacionamentos? Que processos de subjetivação se deflagram e são deflagrados na e pela Antropofagia? Com que forças da dinâmica política se compõe esse paradoxal sujeito antropófago? Que modalidades de vínculos entre sujeitos se inscrevem nos traços formais dessa estética? A Antropofagia erige um edifício literário *conjuntivo*, que recolhe e neutraliza as forças dispersas e conflitivas do tecido social em uma formação identitária, ou, antes, tende mais à multiplicação das mesmas, à potencialização dos “pontos soltos” que esgarçam as amarras discursivas da Nação?

A questão conduz, portanto, para as *mútuas inscrições* entre política e literatura, isto é, para uma relação dinâmica na qual – seria preciso dizer – as elaborações literárias *performam* relações de poder e as relações de poder *enunciam* expressões literárias. Inserir a Antropofagia oswaldiana nessa dinâmica é um procedimento que resta incompleto caso não se leve em conta, ainda, a fenda que se instala entre ambos os planos

que a compõem: o intervalo, tenso e irregular, que os opera e é por eles operado, isto é, o *antropófago*, enquanto zona de subjetivação entre o literário e o político.

É justamente neste ponto que intervém um conceito central na discussão historiográfica das últimas décadas: o conceito de *experiência* (SCOTT, 1998). Pois é justamente no âmbito circunscrito por ele que as problematizações feitas acima parecem ter lugar:

[...] precisamos nos referir aos processos históricos que, através do discurso, posicionam sujeitos e apresentam suas experiências. Não são indivíduos que têm experiência, mas sim os sujeitos que são constituídos pela experiência. Experiência nesta definição torna-se, então, não a origem de nossa explanação, não a evidência legitimadora (porque vista ou sentida) que fundamenta o que é conhecido, mas sim o que procuramos explicar, sobre o que o conhecimento é apresentado. Pensar sobre a experiência desse modo é historicizá-la, bem como historicizar as identidades que ela produz (Idem, p. 304).

Nesse sentido, a relação mutuamente constitutiva entre discurso e experiência histórica, em cujo interior se dá o processo de subjetivação, leva a tomar como coextensivos os planos da escrita literária, da subjetivação dos sujeitos e, por fim, das relações de forças sociopolíticas:

Sujeitos são constituídos discursivamente, mas há conflitos entre sistemas discursivos, contradições dentro de cada um deles, significados múltiplos possíveis para os conceitos que eles utilizam [...] Sujeitos são constituídos discursivamente e experiência é um acontecimento linguístico (não acontece fora de significados estabelecidos), mas nenhum deles está confinado a uma ordem fixa de significado. Uma vez que o discurso é por definição compartilhado, a experiência é coletiva, bem como individual [...] Experiência é a história de um sujeito. A linguagem é o campo no qual a história se constitui. A explicação histórica não pode, portanto, separar as duas” (Idem, p. 319-320).

E, pode-se acrescentar, tampouco pode separá-las uma sociologia que pretenda evitar a substancialização de seus “objetos”, que anteponha os *conflitos* às *regulações*, os *processos* aos *fatos*. Uma sociologia política da literatura poderia se ocupar, portanto, com a escrita literária enquanto espaço de subjetivação e conflituosidade, em que o sujeito se (re) constrói permanentemente em confronto, recusa ou aliança com as forças sociais que tramam a experiência individual e coletiva. As figuras empíricas de Oswald de Andrade e de sua obra modernista, assim, assumiriam contornos de “objetos” de estudo apenas às custas de suas sucessivas imersões analíticas no processo histórico de mudanças

que caracterizaram as turbulências da São Paulo de inícios do século XX (SEVCENKO, 1992), em plena expansão industrial e urbana, transbordando de fluxos populacionais e semióticos, cujos corpos e signos compunham arranjos desafiadores à normatividade de uma ordem social incipiente, desvairando a experiência coletiva da Paulicéia.

Trata-se, portanto, de reconstruir historicamente as relações de forças que estabelecem os parâmetros movediços da experiência social, a qual, por sua vez, configura o espaço à sondagem da escrita literária enquanto processo de subjetivação. Assim como a vida social, a escrita literária e o processo de subjetivação são tomados como uma obra de muitos autores, isto é, como formas inscritas e compostas na coautoria litigiosa estabelecida nas atrações e repulsas entre a miríade de forças que conformavam e extravasavam o espaço social. Portanto, se o *antropófago* pode ser assimilado à figura de Oswald de Andrade, é segundo uma relação que atribui uma cifra particular a uma experiência coletiva que constitui e ultrapassa o individual. Se a política é uma questão de subjetivação do litígio (RANCIÈRE, 1996), a poética e a subjetividade antropófagas apresentam-se como uma das arenas em que eram jogadas as cumplicidades, adesões e dissidências entre os códigos de interação e regimes de expressão que, então, confrontavam-se na definição das admissões e exclusões que demarcavam os limites do desejável e do abjeto, da “boa sociedade” e do limbo social que deveria ser proscrito em seu favor.

Confissões finais

O conceito de *experiência*, assim, oferece um corte analítico em que relações sociais, escrita literária e processo de subjetivação se entrecem em um mesmo e multifacetado processo histórico. Nessa perspectiva, desaparecem o sujeito-autor, o texto-representação e a sociedade-representada, fixados como “fatos” substanciais, na mesma medida em que ganham inteligibilidade processos interrelacionados de subjetivação, construção estética e constituição do social. Simultaneamente ao processo de ser escrito por um sujeito, o texto inscreve um processo de subjetivação; simultaneamente ao processo pelo qual adentra ao texto, mediante o processamento estético de matérias e formas de expressão, a sociedade é adentrada pelas elaborações estéticas, que tencionam, recriam ou reforçam suas normatividades expressivas e performáticas.

Essa “tridimensionalidade” parece uma perspectiva, entre tantas outras possíveis, em que os termos de análise, em função da tensão de sua permanente constituição e deslocamento mútuos, dificilmente se deixam configurar como “unidades fechadas”.

Configurar-se-ia, assim, uma prática que, além de descrever e explicar os fatos sociológicos que estabilizam uma ordem, estaria apta a explicitar e seguir os processos históricos que entreabrem seus possíveis? Uma vez mais, e sem trocadilho, trata-se de uma questão de experiência – de experimentação.

Referências

- AGUILAR, Gonzalo. *Por una ciencia del vestigio errático: ensayos sobre La antropofagia de Oswald de Andrade*. Buenos Aires: Grumo, 2010.
- ANDRADE, Oswald. *Do Pau-Brasil à Antropofagia e às utopias: manifestos, teses de concursos e ensaios*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- _____. *Um homem sem profissão: sob as ordens de mamãe*. São Paulo: Globo, Secretaria de Estado da Cultura, 1990.
- BERTELLI, Giordano; PELLEGRINI, Tânia. Entre política e literatura: o Brasil de Oswald de Andrade. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, v.2, 34, 2009,
- _____; _____. Escrita literária e subjetivação: a “subjetividade antropófaga” de Oswald de Andrade. *Ipotesi – Revista de Estudos Literários*. Juiz de Fora, no prelo.
- BOAVENTURA, Maria Eugênia. *O salão e a selva: uma biografia ilustrada de Oswald de Andrade*. Campinas: Unicamp, São Paulo: Ex Libres, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte – gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. Tratado de nomadologia. In: *Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia*. Trad. Peter Pal Pelbart e Janice Caiafa. v. 5. São Paulo: Editora 34, 1997.
- DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. Trad. Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. *As regras do método sociológico*. Trad. Paulo Neves. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos*. Trad. Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa, v. IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- _____. *Em Defesa da Sociedade – Curso no Collège de France (1975-1976)*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento – política e filosofia*. Trad. Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996.
- SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. Trad. Lúcia Haddad. *Projeto História*, São Paulo, nº 16, p. 297-352, 1998. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/download/11183/8194>. Acesso em 14 dez. 2013.
- SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu estático na metrópole – São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- TARDE, Gabriel. *Monadologia e sociologia e outros ensaios*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Cosacnaify, 2007.
- VARGAS, Eduardo Viana. Gabriel Tarde e a diferença infinitesimal. In.: TARDE, Gabriel. *Monadologia e sociologia e outros ensaios*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Cosacnaify, 2007.

¹Meus agradecimentos à Profa. Dra. Tânia Pellegrini. Aos companheiros do NaMargem – Núcleo de Pesquisas Urbanas. À Samanta D. Toledo.

²Movimento artístico-literário liderado por Oswald de Andrade entre 1928-1929, a Antropofagia apropria-se simbolicamente de uma prática ritualística “primitiva” – os cerimoniais em que certas tribos “brasileiras” ingeriam os seus prisioneiros – para convertê-la em procedimento estético pelo qual pautar a relação do fazer artístico com os mais diversos repertórios culturais. Trata-se, basicamente, da apropriação e ressignificação de aspetos relevantes para a afirmação de certo padrão artístico-cultural, tido como “nacional”, e do descarte de elementos que escapem ou aviltem este propósito; teve como principais produtos artísticos e programáticos o *Manifesto Antropófago* (1928), de Oswald, a pintura de Tarsila do Amaral (1886-1973), cuja reorientação da sua fase pau-brasil (1924-1928) para a antropofágica encontra os seus mais celebrados exemplares nas telas *Abaporu*, *Antropofagia* e *Urutu*, trabalhos nos quais a artista afina o ideário “nacionalista” do grupo com soluções plásticas-formais assimiladas ao cubismo e ao surrealismo europeus; e o *Cobra Norato*, de Raul Bopp (1898-1984), reelaboração poética de mitos brasileiro-amazônicos; além da publicação da *Revista de Antropofagia*, dividida em duas séries, a primeira e a segunda “dentições”. O movimento contou ainda, na sua primeira fase, correspondente à “primeira dentição”, com a colaboração de Mário de Andrade (1893-1945) e António de Alcântara Machado (1901-1935), com os quais Oswald romperia posteriormente. Oswald retomaria aspectos do ideário antropofágico na peça *O Rei da Vela* (1933) e na tese *A Crise da Filosofia Messiânica*.

³Sobre a *subjetividade antropófaga*, suas implicações políticas e estéticas, remeto ao artigo *Escrita literária e subjetivação* – a “subjetividade antropófaga” de Oswald de Andrade (BERTELLI; PELLEGRINI).

⁴Como afirma o autor: “O campo é uma rede de relações (de dominação ou de subordinação, de complementariedade ou de antagonismo etc.) entre posições [...]. Cada posição é objetivamente definida por sua relação objetiva com outras posições ou, em outros termos, pelo sistema das propriedades pertinentes, isto é, eficientes, que permitem situá-la com relação a todas as outras na estrutura da distribuição global das propriedades. Todas as posições dependem, em sua própria existência e nas determinações que impõem a seus ocupantes, de sua situação atual e potencial na estrutura do campo, ou seja, na estrutura da distribuição das espécies de capital (ou de poder) cuja posse comanda a obtenção dos lucros específicos (como o prestígio literário) postos em jogo no campo. Às diferentes *posições* [...] correspondem *tomadas de posição* homólogas, obras literárias ou artísticas evidentemente, mas também atos e discursos políticos, manifestos ou polémicas etc.” (BOURDIEU, 1996, pp. 261-262, grifos do autor).

⁵Não obstante a cautela em procurar elucidar os processos pelos quais se deu, por exemplo, a constituição de Oswald em sujeito inclinado e apto à carreira de escritor ou, ainda, a formação do grupo modernista no interior do *campo* literário, não se pode negar que tais procedimentos apenas nos colocavam em condições de apontar os fatores que especificavam o modo em que se efetivavam, histórica e socialmente, no contexto observado, as categorias que acima apontamos, cujo papel de ponto de partida *inequívoco* permanecia, assim, inalterado.

⁶Emprego *litígio/conflito* na acepção criada por Rancière (1996): longe de designar disputas entre sujeitos previamente reconhecidos em espaços institucionais pré-demarcados, trata-se dos litígios em torno da definição e seleção dos próprios espaços e dos sujeitos aptos a ocupá-los. A noção se aplica, portanto, à própria dinâmica de constituição do social e do político.

⁷Tomo de empréstimo a terminologia que Deleuze e Guattari utilizam em sua caracterização das epistemologias *menores*, que procedem por experimentação e variação contínua das *variáveis*, postulando a imprevisibilidade irredutível dos fenômenos, associada pelos autores aos agrupamentos de ofício de pequenos construtores itinerantes, mestres de obra, artesãos, etc., e das *maiores*, voltadas ao estabelecimento de leis de previsibilidade e calculabilidade, que tratam as *variáveis* com vistas à extração de *constantes* e dão lugar à aparição da figura do intelectual-legislador, instauradora da oposição entre trabalho intelectual e trabalho manual, correlata àquela entre governantes e governados (DELEUZE & GUATARRI, 1997, pp. 24-43).

⁸Traduzi todas as citações a Aguilar (2010).

⁹Aproprio-me da expressão “Paulicéia Desvairada”, que dá título ao segundo livro de poemas (1922) de Mário de Andrade. No *Prefácio Interessantíssimo*, escrito para o mesmo livro, o autor declara-se fundador do *desvairismo*. Trata-se, entre o grupo que viria a compor o *Modernismo*, de uma primeira leitura dos movimentos de vanguarda europeus, em que se percebe o diálogo com o futurismo, expressionismo, cubismo e dadaísmo. Entre outros aspectos, Mário expõe alguns princípios que orientam sua visão de poesia, traçando paralelos com a composição musical.